A reunião da Comissão Técnica Leste-Sudeste (Subgrupo Leste) de Investimentos da Abrapp realizada por videoconferência no último dia 5 de março discutiu temas relacionados à agenda de investimentos e governança das entidades fechadas (EFPC), com destaque para a integração de critérios ASG (Ambiental, Social e de Governança) na gestão de portfólios. O encontro contou com a participação dos membros da comissão e gestoras convidadas.

Durante o encontro, os participantes compartilharam experiências e perspectivas sobre como os gestores de recursos estão incorporando fatores ASG nos processos de análise, seleção e monitoramento de investimentos, considerando tanto aspectos de gestão de risco quanto de geração de valor no longo prazo.

Outro ponto relevante da discussão foi a visão do mercado em relação à Resolução Previc nº 26/2025, especialmente no que se refere aos impactos regulatórios para as EFPC, aos desafios de implementação e às possíveis adaptações nos processos internos de governança, avaliação de investimentos e gestão de riscos.

Além disso, foram abordadas reflexões sobre tendências do mercado institucional, evolução das práticas de sustentabilidade no setor previdenciário e a crescente demanda por maior transparência, métricas e padronização na incorporação de fatores ASG nas decisões de investimento. “O debate permitiu a troca de experiências entre as entidades participantes e contribuiu para o aprofundamento do entendimento sobre os desafios e oportunidades associados à agenda ASG no contexto dos fundos de pensão brasileiros”, diz Nayara Queiroz, Coordenadora da CT de Investimentos Subgrupo Leste e Gerente de Investimentos da Fundação Libertas.

Participantes do encontro – A reunião contou com a participação dos membros das fundações que compõem a Comissão Técnica Subgrupo Leste de Investimentos, além de gestores convidados para contribuir com a discussão técnica sobre a agenda ASG.

Entre os convidados, participaram Fabio Simabukuro Cruz, sócio e Head de ESG & Risco Social, Ambiental e Climático da XP Inc., Henri Rysman de Lockerente, profissional da BNP Paribas Asset Management Brasil, que atualmente atua como Head de Crédito Privado.

Ambos apresentaram a visão de suas gestoras sobre a integração de fatores ASG na gestão de portfólios, especialmente no segmento de crédito privado sustentável.

Durante a apresentação, as gestoras detalharam como estruturam seus instrumentos de alocação em crédito privado com critérios de sustentabilidade. Os gestores também explicaram o funcionamento de seus processos internos de investimento.

Após as apresentações, os membros da comissão realizaram um debate técnico sobre o tema. “Como principais conclusões, foi destacado que a integração de aspectos ASG na seleção de ativos e na gestão de portfólios possui potencial relevante para redução de riscos no longo prazo, especialmente em investimentos de crédito”, sintetiza Nayara.

Ao mesmo tempo, os participantes ressaltaram que o tema ainda exige processo contínuo de amadurecimento institucional, aprendizado e evolução das práticas, tanto por parte dos gestores quanto das entidades investidoras. Também foi apontada a necessidade de aprimoramento das bases de análise, métricas e padronização de informações, de forma a facilitar a integração efetiva dos fatores ASG nos processos de investimento e apoiar os desdobramentos futuros dessa agenda no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

Nova regulação – As entidades fechadas ainda se encontram em um momento inicial de estruturação e aprofundamento da agenda ESG, especialmente considerando os prazos e direcionamentos estabelecidos pela Resolução Previc nº 26/2025, que trouxe novas exigências relacionadas à incorporação de aspectos ambientais, sociais e de governança nos processos de

gestão de investimentos e riscos.

Nesse contexto, muitas entidades estão avaliando como estruturar metodologias e processos internos que permitam integrar de forma consistente os critérios ASG em suas políticas de investimento, análise de ativos e monitoramento de gestores. Parte das fundações também aguarda orientações adicionais do regulador, incluindo webinars e materiais técnicos da Previc, que devem trazer maior detalhamento sobre temas relevantes, como a aplicação do conceito de dupla materialidade, considerado um dos pontos mais desafiadores da nova regulamentação.

“Apesar de ainda haver um caminho de amadurecimento, algumas EFPC já possuem princípios ESG parcialmente integrados em seus processos, especialmente na seleção e monitoramento de gestores de recursos, com foco em aspectos relacionados à integridade, governança corporativa e práticas de gestão de riscos”, diz a Coordenadora da CT.

A profissional destaca que, de forma geral, as EFPC avaliam a agenda ASG como estratégica e de crescente relevância para a gestão de riscos e geração de valor no longo prazo. Entretanto, os principais desafios identificados envolvem os seguintes tópicos:

- Disponibilidade e qualidade de dados ESG, que ainda são limitados ou pouco padronizados em diversos segmentos do mercado;
- Padronização de métricas e metodologias de análise, que permitam comparabilidade entre ativos, emissores e gestores;
- Integração efetiva das informações ESG aos modelos tradicionais de análise de risco e retorno;
- Capacitação técnica e amadurecimento institucional das equipes e estruturas de governança para lidar com o tema.

Nesse sentido, muitas entidades veem o ano corrente como um período de aprendizado, testes e evolução das práticas, buscando desenvolver metodologias que permitam demonstrar, de forma clara e objetiva, a relação entre critérios ASG, risco e retorno dos investimentos.

Atuação das gestoras – De forma geral, a atuação das gestoras de recursos na incorporação de critérios ASG em fundos e carteiras que contam com recursos das EFPC tem evoluído de maneira consistente. As gestoras convidadas para o debate demonstraram elevado grau de aprofundamento técnico sobre o tema, com a integração de aspectos ambientais, sociais e de governança diretamente nos processos de análise e gestão de investimentos.

No caso específico do crédito privado, por exemplo, foi apresentado que muitas gestoras já utilizam modelos estruturados de análise ESG integrados ao processo de avaliação de risco de crédito, independentemente de o fundo possuir ou não uma classificação específica ou o sufixo de investimento sustentável.

Ainda assim, existem desafios relevantes. Entre os principais pontos destacados estão a necessidade de evolução contínua do conhecimento técnico sobre o tema, o desenvolvimento de maior maturidade institucional e a ampliação da disponibilidade e padronização de dados ASG. “No cenário internacional, essa agenda já se encontra em estágio mais consolidado, enquanto no Brasil o processo ainda está em fase de amadurecimento e construção de metodologias e métricas mais consistentes”, aponta Nayara Queiroz.

Outro desafio importante diz respeito à comparabilidade das informações e à integração efetiva dos fatores ESG nos modelos tradicionais de análise de risco e retorno, permitindo que investidores institucionais consigam avaliar de forma clara como esses critérios impactam o desempenho e o perfil de risco das carteiras.

Fonte: Abrapp em Foco, em 09.03.2026